

Inclusão escolar na Educação Profissional Tecnológica: uma revisão sistemática sobre o Atendimento Educacional Especializado

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2026.24.2.12183>

Francília Sousa Meneses¹, Jalva Lilia Rabelo de Sousa²

Resumo: Esta pesquisa apresenta uma revisão sistemática de artigos sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com foco em publicações que apontam caminhos para práticas inclusivas na Educação Profissional Tecnológica (EPT). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em artigos científicos publicados, prioritariamente, nos últimos cinco anos, localizados nas bases SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, a partir de descritores relacionados à EPT, inclusão e AEE. Os resultados evidenciam que o AEE enfrenta desafios estruturais, como a insuficiente formação docente, o estresse curricular e a escassez de recursos acessíveis. Em contrapartida, os estudos também destacam práticas pedagógicas inovadoras que favorecem o desenvolvimento dos discentes, como o uso da ludicidade, das tecnologias digitais, da flexibilização curricular e de avaliações centradas nos avanços individuais. A análise revela que a formação inicial e continuada dos professores é elemento fundamental para a efetivação de práticas inclusivas. Conclui-se que a inclusão de discentes com deficiência não deve ser entendida como responsabilidade exclusiva do professor do AEE, mas como um compromisso coletivo, que envolve políticas públicas, apoio institucional e uma cultura escolar voltada à valorização da diversidade. Dessa forma, reafirma-se que a inclusão é não apenas possível, mas indispensável para a consolidação de uma escola democrática e transformadora. Os artigos analisados atenderam ao objetivo da pesquisa ao discutir o AEE nos contextos da Educação Profissional, além de reforçarem a importância do registro e da publicação de práticas educativas, contribuindo para reflexões, análises e proposições de ações inclusivas com resultados positivos.

Palavras-chaves: AEE. Educação Profissional e Tecnológica. Educação Especial Inclusiva.

Specialized Educational Assistance and school inclusion in Technological Professional Education: a systematic review

Abstract: This research presents a systematic review of articles on Specialized Educational Services (SES), focusing on publications that point to pathways for inclusive practices in Vocational and Technological Education (VTE). It is a bibliographic research, based on scientific articles published primarily in the last five years, located in the SciELO, Google Scholar, and CAPES Journals databases, using descriptors related to VTE, inclusion, and SES. The results show that SES faces structural challenges, such as insufficient teacher training, curricular stress, and a scarcity of accessible resources. Conversely, the studies also highlight innovative pedagogical practices that favor student development, such as the use of playfulness, digital

¹ (<https://orcid.org/0000-0001-9606-1139>) Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Atua como pedagoga da Rede Municipal de Teresina-PI. E-mail: francihameneses096@gmail.com

² (<https://orcid.org/0000-0003-1586-1981>) Doutora em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (2017). Atualmente é avaliadora de cursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. É docente do Instituto Federal do Piauí (IFPI). Também é docente do mestrado PROFEPT na linha de pesquisa de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). E-mail: jalva@ifpi.edu.br

technologies, curricular flexibility, and assessments focused on individual progress. The analysis reveals that initial and continuing teacher training is a fundamental element for the implementation of inclusive practices. It is concluded that the inclusion of students with disabilities should not be understood as the exclusive responsibility of the special education teacher, but as a collective commitment involving public policies, institutional support, and a school culture focused on valuing diversity. Thus, it is reaffirmed that inclusion is not only possible but indispensable for the consolidation of a democratic and transformative school. The analyzed articles fulfilled the research objective by discussing special education in the context of vocational education, in addition to reinforcing the importance of recording and publishing educational practices, contributing to reflections, analyses, and proposals for inclusive actions with positive results.

Keywords: AEE. Professional and Technological Education. Inclusive Special Education.

Introdução

A educação é um direito de todos, independentemente de cor, raça, etnia ou classe social. Conforme o artigo 205 da Constituição Federal, ela visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Nesse contexto, as instituições escolares constituem-se como espaços essenciais para a formação do sujeito e para a promoção do respeito às diferenças. Nessa seara, a discussão proposta nesta pesquisa evidencia a relevância do AEE na educação especial nos espaços da EPT.

O AEE é um programa que faz parte da modalidade da Educação Especial. Esse serviço é voltado para a inclusão dos discentes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e com superdotação incluídos no âmbito educacional. Para tanto, tem por objetivo complementar e/ou suplementar a formação dos discentes de acordo com suas demandas junto à instituição escolar, como aponta (Glat; Pletsch, 2014, p.77) “A importância do AEE está em favorecer que o estudante com deficiência tenha condições de usufruir do currículo escolar comum, superando barreiras que limitam sua participação plena”.

Diante disso, destaca-se que esse atendimento, é essencial para que o processo de inclusão ocorra de maneira satisfatória, uma vez que sua execução tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem, bem como mediar a articulação entre a família, os demais profissionais da instituição e o professor do ensino regular. Compreende-se que a relevância acadêmica e social deste estudo acerca do AEE é evidenciada, pois este pode se constituir como base para análise e discussão crítica entre educadores, demais profissionais e famílias sobre os desafios em torno do trabalho docente envolvendo o AEE.

Ressalva-se que a execução da Educação Especial é regulamentada pelo Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (Brasil, 2011), que dispõe sobre a Educação

Especial e o AEE. O presente decreto contempla a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e ao longo de toda a vida, considerando o AEE como o conjunto de serviços e atividades destinado a eliminar barreiras que dificultem o processo de escolarização dos discentes com deficiência.

Desse modo, nota-se a importância da realização de um levantamento sobre as pesquisas que contemplam a realização do AEE e que possam contribuir com o processo de inclusão dos discentes com deficiência na EPT. Em meio aos processos inclusivos que devem ocorrer nos espaços de formação profissional, por meio da implementação de ações desenvolvidas pelos profissionais que nelas atuam surge o seguinte problema: Quais os principais desafios vivenciados nos espaços da Educação Profissional no que tange o atendimento ofertado pelos profissionais do AEE? A partir da questão anteriormente citada e diante deste contexto, buscou-se compreender como a academia se posiciona e reflete a respeito da temática por meio de seus artigos mais relevantes a partir do mapeamento das produções científicas sobre o AEE desenvolvidas no âmbito da EPT.

Este trabalho foi realizado na base de dados, Scientific Electronic Library Online (SciELO), no recorte temporal entre janeiro de 2021 a janeiro de 2026, identificando os principais artigos sobre a temática em questão. Desta forma serão apresentadas as áreas de concentração dos estudos obtidos a partir do levantamento bibliométrico; os artigos mais citados que tratam deste tema; a evolução, por ano, das publicações sobre o tema em questão dentro do recorte temporal deste estudo; bem como, a coocorrência de palavras-chave e o acoplamento bibliográfico por país.

Na próxima seção é apresentada a fundamentação teórica sobre os construtos em análise, na seção seguinte são elucidados os procedimentos metodológicos realizados nesta pesquisa e nas demais seções, em ordem, a análise dos resultados e discussões, e por fim as principais conclusões advindas do estudo.

O Atendimento Educacional Especializado na Educação Profissional Tecnológica

A concepção contemporânea de Educação Especial está ancorada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. A referida política aponta que, na EPT as ações de educação especial devem possibilitar a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para inserção no mundo do trabalho e efetivação da participação social desses estudantes (Brasil, 2008b).

Nesse sentido, depreende-se que deve ser garantido os processos de escolarização a todos os discentes, sendo necessário nesse viés o AEE, que pode ser definido como um

serviço educacional, que identifica e elabora recursos pedagógicos, estratégias e atividades adequadas a cada indivíduo PAEE, que necessitam eliminar barreiras, melhorando sua acessibilidade e autonomia (Secretaria de Educação Especial – SEESP, 2008).

Conforme o documento da SEESP (2008, p. 4), o AEE "identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas". Nesse sentido, o atendimento visa o desenvolvimento e a elaboração de estratégias para alavancar as potencialidades dos discentes por meio de atividades e recursos que possibilitem o desenvolvimento da autonomia e potencialidades dos sujeitos.

Diante do exposto, compreende-se que o currículo deve oportunizar práticas inclusivas a partir de um viés democrático, indo ao encontro do que preconiza (Sacristán, 1998), que pontua que o currículo em si é uma prática pedagógica que se constrói diariamente no cotidiano escolar, com base na educação e nas aprendizagens dos educandos e que por isso deve ser flexível, sendo condizentes as realidades e singularidades dos discentes.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146/2015, em seu artigo 3º, incisos III e IV, estabelece definições acerca da tecnologia assistiva ou ajuda técnica, bem como das barreiras:

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança (Brasil, 2015).

A Lei trata da relevância da utilização das tecnologias no processo de autonomia desse público e conseqüentemente, de sua inclusão na sociedade. Desse modo, o Art. 3º em seu inciso IV apresenta quais são os tipos de barreiras encontradas pela Pessoa com Deficiência (PCD), sendo: barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e nas informações, tecnologias e atitudinais.

Desta forma, o principal objetivo do AEE, é proporcionar o acesso e o aprendizado, visando complementar e/ou suplementar a formação dos alunos com o objetivo de os mesmos terem autonomia em suas vidas (Brasil, 2008). Compreende-se

que a inclusão promovida pelo AEE colabora na superação de barreiras, o que melhora a autoestima e o desenvolvimento das habilidades dos discentes, suportes importantes para que o professor da sala regular possa desenvolver atividades de acordo com a particularidade do aluno, apoiando em recursos pedagógicos e aproximação das famílias.

O parágrafo único, do artigo 27 da Lei Brasileira de Inclusão defende que “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade, assegurar a educação de qualidade a pessoa com deficiência, colocando-a, a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”. Desse modo, a escola precisa possuir uma rede de apoio para esse público, como forma de garantir seu acesso, sua permanência e consequentemente seu êxito acadêmico e profissional.

Faz-se necessário enfatizar que o AEE não substitui o ensino regular, uma vez que ele deve complementar o trabalho docente, com vistas à aprendizagem. Nessa perspectiva o professor do AEE, encaminha as orientações necessárias para o professor da sala regular visando atender as singularidades dos discentes.

A próxima seção debate a metodologia utilizada na realização desta pesquisa.

Metodologia

Conforme evidenciado, o presente artigo se estrutura sob a égide das pesquisas de natureza qualitativa, comprometidas com a subjetividade humana (Gil, 2021) e utilização da revisão bibliográfica como principal instrumento de coleta de dados. Esta pesquisa teve como objetivo realizar uma revisão sistemática integrativa para identificar os trabalhos sobre o AEE no âmbito da EPT.

Na perspectiva de Macedo, (1994, p. 13) a pesquisa bibliográfica: “Trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação”. Nessa direção, a fim de facilitar as buscas e identificar os descritores de assunto, foi formulada a seguinte pergunta norteadora da pesquisa: quais os principais desafios vivenciados nos espaços da Educação Profissional no que tange o atendimento ofertado pelos profissionais do AEE?

A pesquisa foi realizada em meio eletrônico e os dados coletados foram definidos com base no objeto de estudo deste trabalho. Esta revisão teve como propósito conhecer os estudos inerentes à temática, identificar quais aspectos têm sido priorizados nas pesquisas que envolvem o AEE, bem como identificar as lacunas existentes na área da Educação Especial e Inclusiva nos espaços da EPT.

Escolheu-se como base para levantamento de dados a plataforma SciELO, por abranger as produções mais recentes na área do estudo. Justifica-se também a pesquisa nessa plataforma devido à credibilidade dos dados inseridos e por ser um importante meio de circulação de pesquisas dos principais estudiosos no campo da Educação Especial e pela atualidade e relevância dos trabalhos que nelas são divulgados. Nossa busca realizou-se com um recorte temporal compreendido entre 2021 a 2025 (5 anos). Foram utilizados os seguintes descritores (todos os índices): "Atendimento Educacional Especializado", "AEE", "Educação Inclusiva", "Educação Profissional Tecnológica" e "EPT". Além disso, refinou-se a busca por meio de alguns filtros, como ano das publicações, assunto e idioma, educação e português, respectivamente.

A investigação foi realizada entre os dias 14 e 30 de fevereiro de 2026, confabulando com a problemática da pesquisa e se encaixando nas exigências elencadas. Na pesquisa inicial, utilizando o descritor "Atendimento Educacional Especializado", foram identificados 169 documentos. Deste universo, após aplicação dos filtros restaram apenas vinte e um, sendo selecionadas três publicações, as demais foram rejeitadas por não atenderem ao período selecionado e por não discutirem a temática em seus resumos. A seguir são apresentadas as etapas dos filtros dos artigos localizados para o referido estudo.

Ao fazer uso do descritor "AEE" localizou-se inicialmente 26 documentos, após aplicação dos filtros restaram doze publicações para estudo e análise, sendo selecionado um trabalho apenas, os demais foram rejeitados devido ao quantitativo de trabalhos repetidos, as publicações não terem sido desenvolvidas em Língua Portuguesa e também pela falta de acesso ao texto completo. Para afunilar o levantamento, empregou-se o descritor "AEE na Educação Profissional Tecnológica". Neste, foi possível encontrar 36 artigos. Após a aplicação dos filtros (assunto, idioma) foram refinados para 14. Destes, 7 foram excluídos por não abordarem a inclusão dos discentes com DI nos espaços da EPT.

Descartou-se também as publicações que não continham as palavras pesquisadas em seu resumo e por não serem escritos em Língua Portuguesa, 1 publicação era repetida, sendo selecionado para leitura e análise apenas um. Desse modo, após a aplicação dos filtros tendo como base os três descritores utilizados foram excluídos 237 trabalhos, permanecendo 5 publicações incluídas na revisão narrativa. O Quadro 1 aponta o resumo dos artigos selecionados para compor este estudo.

Quadro 1 – Resumo do levantamento realizado na plataforma SciELO para compor o estudo

Base de dados	Descritor	Quantidade de trabalhos encontrados	Quantidade de trabalhos repetidos	Quantidade de Trabalhos selecionados
Plataforma SciELO	Atendimento Educacional Especializado	169	9	3
	AEE	26	3	1
	AEE na Educação Profissional Tecnológica	47	1	1

Fonte: elaborado pelas autoras (março/2026).

Pode-se observar que o número de pesquisas realizadas na área do AEE, voltadas para a Educação Profissional é ainda incipiente, portanto, compreende-se que as mesmas merecem destaque e análise, de modo a avaliar como essas pesquisas que estão disponíveis podem auxiliar os profissionais em suas práticas. Os artigos selecionados para o estudo podem ser consultados no quadro 2. Convém salientar que estes artigos foram tidos como base para a análise e discussão, assim como aporte para buscar as respostas acerca das questões que foram apresentadas no início do trabalho e que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa.

Quadro 2- Lista de artigos selecionados para discussão na pesquisa

Título	Autoria/a no	Objetivo	Palavras-chave
Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: reflexões sobre a atuação do professor de Educação Especial	Zerbato, Vilaronga e Santos (2021)	Discutir a atuação do professor de Educação Especial no contexto educacional dos Institutos Federais.	Educação Especial. Inclusão escolar. Ensino Médio. Ensino técnico. Educação profissional.
Atendimento Educacional Especializado em escolas de tempo integral	Silva e Mendes (2025)	Analisar como o AEE funciona em escolas de tempo integral.	Educação Especial, Políticas públicas educacionais, abordagem do ciclo de políticas, Atendimento Educacional Especializado, Educação Integral.
Transtorno do Espectro Autista e aprendizagem: crenças e saberes do professor do Atendimento Educacional Especializado	Torres e Oliveira (2025)	Investigar o nível de conhecimento dos professores do AEE sobre as características clínicas do TEA e sua influência na aprendizagem.	Transtorno do Espectro Autista, inclusão escolar, educação especial, aprendizagem.

Práticas do Psicólogo Escolar em um Atendimento Educacional a Estudantes Superdotados	Galvão e Fleith (2024)	Investigar práticas dos psicólogos escolares em atendimento educacional a estudantes superdotados, bem como os desafios enfrentados por estes profissionais.	Psicólogo Escolar, Práticas, Superdotação, Atendimento Educacional; Desenvolvimento Humano.
A Importância de Atendimento Educacional Especializado na Educação Especial em Escolas Públicas	Santana et al. (2022)	Abordar de forma reflexiva a importância do AEE na educação especial em escolas públicas, enfatizando-a como componente de ensino e de aprendizagem.	Importância, AEE, Escolas Públicas, Educação, Especial.

Fonte: elaborado pelas autoras (março/2026).

Os trabalhos foram lidos em sua integralidade e analisados, conforme a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), que favorece a construção de categorias analíticas que expressem inferências subjetivas sobre os fenômenos e práticas sociais abordados nos estudos. Além disso, a próxima seção apresenta alguns elementos mais específicos de cada produção, no que tange às abordagens, metodologias e desafios enfrentados na execução do AEE nos espaços da EPT.

Compreende-se que a Análise de Conteúdo proporciona a sistematização das principais preocupações em dados qualitativos e quantitativos, analisando as informações relevantes por meio de três etapas: pré-análise, com a coleta e seleção das bibliografias, com vistas ao entendimento do contexto geral; exploração do material, com a codificação e categorização do material, estabelecendo relações entre as categorias; e interpretação e tratamento dos resultados, com o enfoque sobre como eles se articulam aos objetivos, questões e hipóteses de nosso objetivo de estudo (Bardin, 2011). Tratamos dos resultados na próxima seção, apresentando as categorias analíticas criadas.

Resultados e Discussão

Os documentos analisados trouxeram como aporte contribuições significativas no que tange a compreensão acerca das principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais do AEE que lidam com a inclusão nos espaços de formação humana da EPT. Dessa forma, conforme discutido ao longo deste artigo, utilizamos da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) para a indicação de interpretações inferenciais que nos ajudasse a compreender as principais evidências dos artigos selecionados. Elaboramos duas categorias: i) Desafios pedagógicos e curriculares e ii) Desafios de infraestrutura e recursos.

Acentua-se que as categorias foram criadas tendo como base os achados da pesquisa, sendo a primeira categoria *Desafios pedagógicos e curriculares* enfoca os principais desafios enfrentados nos cenários do AEE, considerando as práticas oportunizadas nos espaços da EPT. Galvão e Fleith (2024) abordaram que dentre os desafios apresentados se sobressaem os currículos fortemente tecnicistas, com pouca flexibilidade para adaptações pedagógicas, avaliações padronizadas e a falta de planejamento colaborativo entre professores da formação técnica e profissionais do AEE.

Na perspectiva desses autores, cabe às instituições fazerem às adequações necessárias as práticas inclusivas, como meio de deslocar o foco da deficiência para as barreiras impostas pelo próprio currículo ao reorganizá-lo a partir de uma perspectiva integrada, articulando saberes técnicos, científicos, culturais e sociais e assim atender as demandas do AEE.

Fica evidenciado neste estudo que a superação do currículo tecnicista perpassa a lógica instrumental da formação humana integral ao compreender o discente como sujeito histórico e social e não apenas como futura força de trabalho, visto que a inclusão deve está pautada como princípio estruturante do currículo, e não como adaptação posterior. Em função disso, depreendeu-se que, o desafio central é conciliar as exigências da formação profissional com os princípios da educação inclusiva.

A pesquisa de Torres e Oliveira (2025) apontou que a formação inicial dos profissionais é insuficiente para atuação específica na EPT, uma vez que o AEE é historicamente pensado para a Educação Básica regular, emergindo a crítica acerca da ausência de formação continuada voltada às especificidades dos cursos técnicos e tecnológicos, o que gera insegurança profissional diante da complexidade dos conteúdos técnicos e o profissional do AEE, muitas vezes, precisa construir sua prática “no fazer cotidiano”, sem suporte formativo sistematizado.

Os resultados desse estudo também revelaram que deve haver a parceria entre os profissionais do ensino regular e demais profissionais da instituição com os profissionais do AEE, como forma de conquistar avanços pautados no planejamento curricular aberto, que oportunize aos discentes com deficiência múltiplas formas de ensinar, aprender e demonstrar conhecimentos, bem como adaptações que incidam sobre metodologias, tempos, recursos e estratégias, e não apenas sobre conteúdos.

Nessa seara Mantoan (2015), pontua que o AEE não deve funcionar como um serviço paralelo que isenta o professor da classe comum da responsabilidade de ensinar a todos os discentes. Ao contrário, deve contribuir para a reflexão e a transformação das

práticas pedagógicas, evitando a compreensão de que as dificuldades de aprendizagem são problemas exclusivos do discente e responsabilidade apenas de especialistas.

De acordo com o estudo de Silva e Mendes (2025), os principais desafios do AEE competem à articulação interprofissional, uma vez que a comunicação é limitada entre AEE, docente, coordenação e gestão, o que culmina com concepções divergentes sobre a inclusão na EPT, dividindo-se em uma visão de caráter assistencialista × pedagógica, bem como a resistência de alguns docentes da área técnica à flexibilização curricular, o que dificulta a tomada de decisões e ações que contemplem a diversidade e a inclusão como preceitos necessários aos fazeres educativos.

Os autores também revelam que as instituições educativas devem adotar os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), antecipando a diversidade no planejamento, facilitando com isso a parceria entre sala regular e AEE, acentuando a corresponsabilização pelo processo educativo, rompendo com a lógica de que a inclusão é atribuição exclusiva do AEE.

Em diálogo com as pesquisas levantadas, Zerbato, Vilaronga e Santos (2021), discutem o AEE no âmbito dos Institutos Federais, pontuando que muitos discentes possuem trajetórias escolares marcadas por exclusão, a partir de defasagens educacionais acumuladas, pressões por desempenho e certificação profissional, bem como dificuldades na transição para o mundo do trabalho que ocorrem devido aos fatores citados.

Nossa segunda categoria, intitulada *Desafios de infraestrutura e recursos*, trata da escassez ou inadequação de salas de recursos multifuncionais, insuficiência de tecnologias assistivas específicas para os cursos técnicos, barreiras arquitetônicas e comunicacionais persistentes e dificuldades de acesso a materiais didáticos acessíveis no contexto profissionalizante. A categoria evidencia as limitações estruturais e materiais que incidem diretamente sobre a atuação dos profissionais do AEE nos espaços da EPT.

A pesquisa de Santana et al. (2022) amplia a discussão acerca do contexto das práticas inclusivas propiciadas pelo AEE ao apontar que a infraestrutura física assume centralidade ao apontar dados que indicam a persistência de barreiras arquitetônicas, como ausência ou inadequação de rampas, elevadores, sanitários adaptados, sinalização tátil e mobiliário acessível. Tais limitações dificultam a circulação, a autonomia e a participação dos discentes PAEE, sobretudo em ambientes como oficinas, laboratórios e áreas externas.

A pesquisa ainda apontou que as práticas pedagógicas inovadoras e lúdicas favorecem o processo de aprendizagem do PAEE, bem como a flexibilização curricular,

pautada em avaliações que prezem pelos avanços individuais dos alunos, indo ao encontro do que é defendido por Luckesi (2005, p.19) acerca da avaliação excludente enquanto "a prática do exame, devido a operar com os recursos de aprovação/reprovação, obrigatoriamente conduz à política da reprovação, que tem se manifestado como o mais consistente álibi para o fracasso escolar".

A pesquisa de Galvão e Fleith (2024) discutiu sobre as dificuldades nas práticas desenvolvidas no AEE ao pontuar que muitos espaços de formação profissional não foram projetados sob a perspectiva do DUA, o que exige adaptações pontuais e, frequentemente, improvisadas. Essa realidade compromete não apenas o acesso físico, mas também a segurança dos discentes durante a realização de atividades práticas, configurando um desafio recorrente para os profissionais do AEE e para os docentes da formação técnica.

Os estudos de Zerbato, Vilaronga e Santos (2021), acentuam que às salas de recursos multifuncionais, que, embora previstas como espaço de atendimento do AEE, nem sempre atendem às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica. O estudo apontou que tais ambientes são, em muitos casos, estruturados a partir de modelos voltados à Educação Básica regular, com recursos pouco compatíveis com os conteúdos técnicos e tecnológicos dos cursos ofertados.

Essa inadequação limita o potencial do AEE como suporte pedagógico complementar, dificultando o desenvolvimento de estratégias que dialoguem com as demandas reais da formação profissional. Consequentemente, o atendimento tende a se concentrar em ações de reforço ou apoio genérico, em detrimento de intervenções articuladas ao currículo técnico.

O trabalho de Torres e Oliveira (2025) aponta para a insuficiência de tecnologias assistivas como um dos principais desafios enfrentados pelos profissionais do AEE. Acentuados através da ausência ou quantidade limitada de softwares leitores de tela, ampliadores, recursos de comunicação alternativa, equipamentos adaptados e tecnologias específicas para uso em laboratórios e oficinas técnicas.

Além da escassez, destaca-se a inadequação dos recursos disponíveis às necessidades dos cursos profissionalizantes, que frequentemente demandam tecnologias assistivas específicas, capazes de garantir a participação ativa dos discentes nas atividades práticas. Essa lacuna evidencia a necessidade de investimentos direcionados e de políticas institucionais que considerem as particularidades da EPT no planejamento da inclusão.

Finalmente, Silva e Mendes (2025) discutem sobre as dificuldades enfrentadas no AEE ao pontuar que os obstáculos se devem a insuficiência de recursos humanos

especializados, como intérpretes de Libras, guias-intérpretes, profissionais de apoio escolar e técnicos em tecnologia assistiva. Tal carência impacta diretamente o atendimento aos discentes com deficiência, sobretudo em cursos que exigem acompanhamento contínuo em atividades práticas e laboratoriais.

Adicionalmente, a ausência de equipes multiprofissionais consolidadas reforça a sobrecarga dos profissionais do AEE, que passam a assumir múltiplas funções, extrapolando, muitas vezes, as atribuições previstas legalmente para o serviço. O estudo destacou que esses entraves revelam que a inclusão, ainda depende, em grande medida, de iniciativas isoladas e do engajamento individual dos profissionais, em detrimento de uma política institucional estruturada e sustentável que dificulta as ações inclusivas.

Com base nos estudos, depreende-se que a efetivação do AEE nos espaços da EPT está diretamente condicionada às condições materiais e institucionais oferecidas pelas instituições. A superação desses desafios requer investimentos contínuos, planejamento estratégico e a incorporação da acessibilidade como princípio estruturante da EPT, e não como ação compensatória ou emergencial.

Os resultados do estudo realizado pelos autores acima revelaram que o AEE em todas as modalidades de ensino, sobretudo na EPT ainda enfrenta limites estruturais, pedagógicos e institucionais, expressos na rigidez curricular, na predominância de práticas tecnicistas, nas avaliações padronizadas e excludentes e na fragilidade do planejamento colaborativo.

Em função disso, evidenciou-se que a efetivação do AEE no cenário da EPT ainda demanda avanços significativos na reorganização curricular, no fortalecimento do trabalho colaborativo e na consolidação de políticas institucionais que assegurem condições estruturais, pedagógicas e formativas para a promoção de práticas inclusivas.

Em suma, os resultados dessas pesquisas revelaram a insuficiência de infraestrutura, recursos e tecnologias assistivas, aliada à falta de articulação entre docentes da formação técnica e profissionais do AEE, o que contribui para a atuação fragmentada do atendimento e dificulta a efetivação de práticas inclusivas. Ao mesmo tempo, o estudo evidencia que a superação desses desafios depende da institucionalização da inclusão como princípio da EPT, com investimentos, formação continuada e reorganização do trabalho pedagógico coletivo.

As categorias analíticas criadas ao longo da leitura dos textos analisados nos mostram a necessidade de que o AEE seja compreendido como parte constitutiva da EPT, exigindo a reorganização curricular, a flexibilização das práticas pedagógicas e

avaliativas, bem como o fortalecimento do planejamento colaborativo entre docentes da formação técnica e profissionais do AEE, de modo a promover a permanência e o êxito dos discentes PAEE e, sobretudo, no cumprimento das legislações em vigor.

Para isso, é preciso criar um ambiente escolar inclusivo e acolhedor, no qual esses alunos se sintam valorizados e respeitados, facilitando assim o processo de aprendizagem (Quadros, 2019). Assim, a busca por novas pesquisas que compartilhem experiências exitosas nos espaços do AEE, favorece a ampliação desses objetivos, contribuindo para a inclusão e a acessibilidade desenvolvida na EPT.

Considerações finais

Apresentou-se, ao longo de uma pesquisa de natureza qualitativa e com a utilização da revisão bibliográfica, que os estudos relacionados ao processo de inclusão dos discentes com deficiência na EPT, mediante a garantia do AEE, ainda são incipientes, sobretudo quando se investiga em plataformas de divulgação mais exigentes, como no caso em tela, o SciELO. Analisou-se as produções científicas publicadas em periódicos nacionais, evidenciando as abordagens, metodologias e desafios enfrentados na garantia do AEE. Foram indicadas duas categorias analíticas: i) Desafios pedagógicos e curriculares e ii) Desafios de infraestrutura e recursos.

Além disso, sobrepõe-se aos objetivos da pesquisa a necessidade de compreender como o AEE vem sendo organizado e desenvolvido nos espaços da EPT, identificando os desafios enfrentados pelos profissionais do AEE e as possibilidades de articulação com o trabalho pedagógico dos docentes da formação técnica, de modo a contribuir para a efetivação de práticas inclusivas e para a permanência e o êxito dos discentes.

Pesquisas dessa natureza evidenciam o compromisso dos pesquisadores com a efetivação da educação inclusiva, ao mesmo tempo em que revelam os inúmeros desafios para a concretização da educação para todos, ainda distante de se configurar como um compromisso efetivamente assumido por toda a sociedade.

A análise dos estudos evidenciou que, embora o AEE esteja assegurado no plano legal, sua efetivação nos espaços da EPT ainda enfrenta desafios significativos de ordem estrutural, pedagógica e institucional. Observou-se a predominância de currículos pouco flexíveis, práticas avaliativas padronizadas e fragilidades no planejamento colaborativo entre docentes da formação técnica e profissionais do AEE, o que contribui para a fragmentação das ações inclusivas.

Os estudos analisados também revelaram que a insuficiência de infraestrutura, recursos e tecnologias assistivas, aliada à limitada formação continuada e à ausência de políticas institucionais integradas, compromete a atuação do AEE e impacta a permanência e o êxito dos discentes PAEE. Por outro lado, identificaram-se iniciativas que apontam para a importância do trabalho colaborativo, da flexibilização curricular e da inclusão como princípio estruturante da EPT.

Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva na EPT requer o fortalecimento do AEE como serviço articulado ao currículo e ao trabalho pedagógico coletivo, bem como investimentos institucionais, formação continuada e mudanças na cultura organizacional, de modo a garantir o direito à educação em condições de equidade.

Recomenda-se a realização de novas pesquisas que aprofundem a análise sobre o AEE nos espaços da EPT, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas desenvolvidas e às estratégias de articulação entre o AEE e o ensino regular. Sugere-se, ainda, investigar de forma empírica os impactos dessas ações na promoção de práticas inclusivas, bem como sua repercussão na permanência, no êxito acadêmico e na formação integral dos discentes PAEE.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão**. Brasília: DF, 2008b.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: DF, 2011.

BRASIL. **Lei Nº. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2021.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2014.

LIMA, Isabela Barreiros Pinheiro; Angelo, Rita de Cássia de Oliveira. Transtorno do Espectro Autista e Aprendizagem: Crenças e Saberes do Professor do Atendimento Educacional Especializado. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 40, e40947, 2024. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982024000100274&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 jan. 2026. Epub 15-Ago-2024. <https://doi.org/10.1590/0102-469840947>.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática**. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus Editora, 2015.

MIRANDA-GALVÃO, D., Fleith, D. S. (2024). Práticas do psicólogo escolar em um atendimento educacional a estudantes superdotados. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 44, 1-17. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003260340>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SACRISTÁN, J. Gimeneo. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Arned – 3 ed. Porto Alegre. 1998.

SANTANA, Andressa Maciel Nonato; TEIXEIRA, Verônica Rejane de Lima. A Importância de Atendimento Educacional Especializado na Educação Especial em Escolas Públicas / The Importance of Specialized Educational Assistance in Special Education in Public Schools. **ID on line. Revista de psicologia**, [S. l.], v. 16, n. 63, p. 299–313, 2022. DOI: 10.14295/online.v16i63.3588. Disponível em: <https://online.emnuvens.com.br/id/article/view/3588>. Acesso em: 10 dez. 2025.

QUADROS, R. M. **Libras**. São Paulo, SP: Parábola, 2019. 190p. (Linguística para o Ensino Superior).

ZERBATO, Ana Paula; VILARONGA, Carla Ariela Rios; SANTOS, Jéssica Rodrigues. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: Reflexões sobre a Atuação do Professor de Educação Especial. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 27, e0196, 2021. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382021000100319&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 20 jan. 2026. Epub 02-Mar-2021. <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0196>.

Submissão: 18/05/2026. **Aprovação:** 08/07/2026. **Publicação:** 31/08/2026.